



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002929-06.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Requerente: **Ivanir Aparecido de Oliveira**
 Requerido: **Banco do Brasil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

IVANIR APARECIDO DE OLIVEIRA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Banco do Brasil Sa, também qualificado, alegando que o réu teria apontado seu nome no Serasa por conta de um suposto aval que teria sido prestado em empréstimo concedido à sua ex-esposa *Marly Moreira de Souza Oliveira*, de quem estaria separado de fato, e porque nunca prestou tal garantia, requereu a declaração de inexistência do débito representado pela Cédula Comercial nº 40/00559-3, condenando-se o réu ao pagamento de indenização pelo dano moral.

O réu contestou o pedido sustentando que o contrato foi legitimamente firmado e que as medidas que tomou encontram amparo naquele negócio, concluindo pela improcedência da ação.

O feito foi instruído com prova pericial grafotécnica, não impugnada pelas partes, que reiteraram suas postulações.

É o relatório.

Decido.

O resultado do laudo pericial apontou que as assinaturas lançadas em nome do autor na referida Cédula de Crédito *"são falsas e não procederam do punho do autor"* (fls. 92), conclusão que veio confirmada pelo laudo do próprio assistente técnico do réu, que do mesmo modo afirmou: *"a assinatura questionada, exarada na Cédula Comercial, não provém do punho do Requerente"* (sic., fls. 128).

Logo, a procedência do pedido de declaração de inexistência do débito em nome do autor é de rigor.

Quanto ao dano moral, não se olvida que a inscrição indevida do nome do consumidor no Serasa acarreta restrição de acesso ao mercado de crédito, seja no comércio seja junto ao mercado financeiro, crédito que, *"em sentido amplo, representa um cartão que estampa nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem ou mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada"* (cf. YUSSEF SAID CAHALI)¹, consistindo o só abalo deste crédito num efetivo prejuízo moral, acerca do qual não haverá falar-se em necessidade de produção de prova cabal dos prejuízos morais, *"eis que a indenização dos danos morais identifica-se apenas com padecimentos intelectuais ou subjetivos próprios das pessoas vitimadas por condutas ilícitas - Pedido juridicamente possível - Preliminar rejeitada"*

¹ YUSSEF SAID CAHALI, *Dano Moral*, RT, SP, 1998, n. 9.2, p. 358.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(Apelação n. 1.022.297-8 - Décima Primeira Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - VASCONCELLOS BOSELLI, Relator)².

Cumpra considerar, porém, que não há nos autos prova dessa inscrição do nome do autor junto a qualquer cadastro de inadimplentes, de modo que não há como se acolher tal pleito indenizatório, pois, como se sabe, *“o dano tem de ser provado, não havendo 'nenhuma razão séria para estabelecer, em matéria contratual, derrogação dos princípios gerais: não somente é necessário o prejuízo, para acarretar a obrigação do devedor, mas a própria inexecução não constitui presunção de dano em favor do credor; este é obrigado como em qualquer caso, a fazer prova do prejuízo, cuja reparação exige' (MAZEAUD ET MAZEAUD; JOSSERAND; DEMOGUE e ALUZET)”* - in JOSÉ DE AGUIAR DIAS -³.

Veja-se que a antecipação da tutela foi indeferida (fls. 21) e dessa decisão não houve recurso, o que reforça a presunção de inexistência da inscrição.

A ação é, portanto, procedente em parte, apenas para a declaração já antes referida, ficando compensados os encargos da sucumbência, porquanto recíproca.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que DECLARO INEXISTENTE o débito em nome do autor IVANIR APARECIDO DE OLIVEIRA, referente ao aval prestado na *Cédula de Crédito Comercial nº 40/00559-3* emitida em 04 de setembro de 2008 por *Produtos Alimentícios Nossa Senhora de Guadalupe Ltda* em favor do réu Banco do Brasil Sa, no valor de R\$ 13.162,50 (*treze mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos*) com vencimento para 20 de setembro de 2009, compensados os encargos da sucumbência, porquanto recíproca, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 05 de maio de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

² LEX - JTACSP - Volume 194 - Página 116

³ JOSÉ DE AGUIAR DIAS, *Da Responsabilidade Civil*, Vol. I, Forense, RJ, 1987, n. 39, p. 102.